

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A VERDADE E A MENTIRA SOBRE OS EFEITOS DAS PROGRESSÕES NA FUNÇÃO PÚBLICA:
entre Out.2017 e Jan.2019 a Remuneração Base Média Mensal (RBMM) aumentou apenas 1,2%
e para muitas categorias profissionais a variação da remuneração média até foi negativa

A Direção Geral do Emprego e Administração Pública (DGAEP) do Ministério das Finanças acabou de divulgar as remunerações dos trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) referentes a janeiro de 2019. E a conclusão que se tira desses dados oficiais do governo é que os efeitos das progressões nas carreiras nas remunerações dos trabalhadores da Função Pública não têm sido aqueles que o governo e a maioria dos órgãos da comunicação social têm apregoado. Os dados sobre a Remuneração Base Média Mensal (RBMM) e Ganho Médio Mensal (GMM) constantes do quadro 1, que são os divulgados pelo Ministério das Finanças, mostram que variação na remuneração média tem sido irrisória ou mesmo negativa (!!!) para muitas categorias profissionais.

Quadro 1 – A variação da Remunerações Base Média Mensal (RBMM) e dos Ganhos médios (GM) dos trabalhadores das Administrações Públicas nos governos PSD/CDS e PS

CARREIRAS/CARGOS	REMUNERAÇÃO BASE MENSAL MÉDIA (RBMM) E GANHO MÉDIO MENSAL (GMM) ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS													
	PORTUGAL - Outubro 2011		PORTUGAL Outubro 2015		PORTUGAL Outubro 2017		PORTUGAL Janeiro 2019		2011/2015 Governo		2015/2019 Governo PS		Out. 2017-Jan 2019	
	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM
Total	1 385 €	1 602 €	1 402 €	1 620 €	1 461 €	1 693 €	1 479 €	1 728 €	1,3%	1,1%	5,4%	6,7%	1,2%	2,1%
Representantes do poder legisl.	2 259 €	2 806 €	2 435 €	3 048 €	2 671 €	3 369 €	2 665 €	3 372 €	7,8%	8,6%	9,4%	10,6%	-0,2%	0,1%
Dirigente superior:	3 548 €	4 278 €	3 642 €	4 465 €	3 918 €	4 864 €	3 890 €	4 858 €	2,7%	4,4%	6,8%	8,8%	-0,7%	-0,1%
Dirigente intermédio:	2 459 €	2 886 €	2 510 €	2 990 €	2 682 €	3 171 €	2 654 €	3 129 €	2,1%	3,6%	5,7%	4,7%	-1,0%	-1,3%
Técnico Superior	1 646 €	1 807 €	1 622 €	1 779 €	1 651 €	1 812 €	1 637 €	1 805 €	-1,5%	-1,5%	0,9%	1,5%	-0,9%	-0,4%
Assistente técnico/administrativo	924 €	1 056 €	909 €	1 045 €	911 €	1 062 €	917 €	1 075 €	-1,7%	-1,1%	0,8%	2,9%	0,7%	1,2%
Assist. operac./operário/auxiliar	623 €	763 €	608 €	742 €	631 €	781 €	662 €	823 €	-2,5%	-2,7%	9,0%	10,8%	4,9%	5,4%
Informático	1 673 €	1 826 €	1 676 €	1 853 €	1 733 €	1 918 €	1 742 €	1 939 €	0,2%	1,4%	3,9%	4,7%	0,5%	1,1%
Magistrado	4 124 €	4 805 €	4 514 €	5 285 €	4 921 €	5 710 €	4 907 €	5 852 €	9,5%	10,0%	8,7%	10,7%	-0,3%	2,5%
Diplomata	2 398 €	8 706 €	2 341 €	8 570 €	2 553 €	10 144 €	2 518 €	9 494 €	-2,4%	-1,6%	7,6%	10,8%	-1,4%	-6,4%
Pessoal de Inv. Científica	3 088 €	3 180 €	3 124 €	3 243 €	3 311 €	3 432 €	2 978 €	3 100 €	1,2%	2,0%	-4,7%	-4,4%	-10,1%	-9,7%
Docente Ensino Universitário	3 186 €	3 285 €	3 277 €	3 387 €	3 537 €	3 655 €	3 577 €	3 696 €	2,9%	3,1%	9,1%	9,1%	1,1%	1,1%
Docente Ensino Sup. Politécnico	2 636 €	2 746 €	2 814 €	2 930 €	3 063 €	3 184 €	3 135 €	3 252 €	6,7%	6,7%	11,4%	11,0%	2,3%	2,1%
Educ. Inf. e Doc. Ens. Básico/Sec.	1 940 €	2 042 €	1 969 €	2 077 €	2 013 €	2 121 €	2 041 €	2 151 €	1,5%	1,7%	3,7%	3,6%	1,4%	1,4%
Pessoal de Inspecção	2 060 €	2 418 €	2 078 €	2 410 €	2 212 €	2 550 €	2 185 €	2 515 €	0,9%	-0,4%	5,1%	4,4%	-1,2%	-1,4%
Médico	2 695 €	3 786 €	2 620 €	3 422 €	2 771 €	3 630 €	2 723 €	3 617 €	-2,8%	-9,6%	3,9%	5,7%	-1,7%	-0,4%
Enfermeiro	1 331 €	1 569 €	1 307 €	1 513 €	1 327 €	1 548 €	1 341 €	1 659 €	-1,8%	-3,5%	2,6%	9,6%	1,0%	7,2%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1 271 €	1 449 €	1 221 €	1 385 €	1 214 €	1 395 €	1 244 €	1 457 €	-3,9%	-4,4%	1,9%	5,1%	2,5%	4,5%
Técnico Superior de Saúde	1 819 €	2 037 €	1 804 €	2 020 €	1 857 €	2 077 €	1 866 €	2 120 €	-0,8%	-0,9%	3,5%	5,0%	0,5%	2,1%
Administração Tributária e Aduaneira	1 829 €	2 030 €	1 791 €	1 981 €	1 898 €	2 092 €	1 920 €	2 119 €	-2,1%	-2,4%	7,2%	7,0%	1,2%	1,3%
Chefia Tributária	2 193 €	2 309 €	2 183 €	2 308 €	2 256 €	2 391 €	2 278 €	2 417 €	-0,5%	0,0%	4,4%	4,7%	1,0%	1,1%
Pessoal de Ad. Tributária	1 831 €	1 943 €	1 773 €	1 883 €	1 888 €	1 995 €	1 907 €	2 022 €	-3,1%	-3,1%	7,5%	7,4%	1,0%	1,4%
Pessoal Aduaneiro	1 501 €	2 220 €	1 519 €	2 202 €	1 590 €	2 332 €	1 601 €	2 347 €	1,2%	-0,8%	5,4%	6,6%	0,7%	0,7%
Conservador e Notário	3 359 €	3 904 €	3 349 €	3 625 €	3 682 €	4 050 €	3 888 €	4 242 €	-0,3%	-7,2%	16,1%	17,0%	5,6%	4,8%
Oficial Registos e do Notariado	1 830 €	2 014 €	1 827 €	1 993 €	1 888 €	2 083 €	1 903 €	2 084 €	-0,2%	-1,1%	4,2%	4,6%	0,8%	0,0%
Oficial de Justiça	1 406 €	1 640 €	1 352 €	1 587 €	1 357 €	1 604 €	1 324 €	1 585 €	-3,9%	-3,3%	-2,0%	-0,1%	-2,4%	-1,2%
Forças Armadas: (*)	1 121 €	1 505 €	1 131 €	1 517 €	1 188 €	1 606 €	1 224 €	1 679 €	0,9%	0,8%	8,2%	10,6%	3,1%	4,5%
Forças Armadas - Oficial	1 747 €	2 316 €	1 765 €	2 334 €	1 789 €	2 390 €	1 799 €	2 419 €	1,0%	0,8%	2,0%	3,7%	0,6%	1,2%
Forças Armadas - Sargento	1 386 €	1 827 €	1 385 €	1 816 €	1 406 €	1 871 €	1 387 €	1 873 €	-0,1%	-0,6%	0,2%	3,1%	-1,3%	0,1%
Forças Armadas - Praça	729 €	1 009 €	705 €	984 €	715 €	1 004 €	745 €	1 075 €	-3,2%	-2,4%	5,7%	9,2%	4,2%	7,0%
Polícia Judiciária	1 804 €	2 213 €	1 761 €	2 164 €	1 840 €	2 289 €	1 884 €	2 315 €	-2,4%	-2,2%	7,0%	7,0%	2,4%	1,1%
Polícia de Segurança Pública:	1 297 €	1 647 €	1 343 €	1 810 €	1 406 €	1 893 €	1 428 €	1 912 €	3,5%	9,9%	6,3%	5,7%	1,6%	1,0%
PSP - Oficial	1 868 €	2 140 €	1 906 €	2 273 €	2 054 €	2 455 €	2 170 €	2 546 €	2,0%	6,2%	13,9%	12,0%	5,7%	3,7%
PSP - Chefe	1 635 €	1 988 €	1 685 €	2 130 €	1 814 €	2 276 €	1 806 €	2 278 €	3,1%	7,1%	7,2%	6,9%	-0,4%	0,1%
PSP - Agente	1 225 €	1 578 €	1 267 €	1 742 €	1 318 €	1 813 €	1 340 €	1 832 €	3,4%	10,4%	5,8%	5,2%	1,7%	1,1%
Guarda Nacional Republicana:	1 316 €	1 556 €	1 411 €	1 650 €	1 453 €	1 689 €	1 444 €	1 701 €	7,3%	6,1%	2,3%	3,1%	-0,6%	0,7%
GNR - Oficial	2 246 €	2 501 €	2 307 €	2 653 €	2 469 €	2 791 €	2 480 €	2 828 €	2,7%	6,1%	7,5%	6,6%	0,5%	1,3%
GNR - Sargento	1 668 €	1 885 €	1 759 €	1 988 €	1 827 €	2 064 €	1 825 €	2 082 €	5,5%	5,4%	3,7%	4,8%	-0,1%	0,9%
GNR - Guarda	1 239 €	1 482 €	1 324 €	1 559 €	1 355 €	1 587 €	1 348 €	1 601 €	6,8%	5,3%	1,8%	2,7%	-0,5%	0,9%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 002 €	2 669 €	2 010 €	2 781 €	2 083 €	2 881 €	2 151 €	2 921 €	0,4%	4,2%	7,0%	5,0%	3,3%	1,4%
Guarda Prisional	1 011 €	1 769 €	991 €	1 809 €	1 042 €	1 841 €	1 041 €	1 940 €	-2,0%	2,3%	5,1%	7,2%	-0,2%	5,4%
Outro Pessoal de Segurança	1 059 €	1 499 €	1 091 €	1 580 €	1 124 €	1 735 €	1 151 €	1 730 €	3,1%	5,4%	5,4%	9,5%	2,3%	-0,3%
Bombeiro	993 €	1 541 €	966 €	1 449 €	991 €	1 579 €	967 €	1 531 €	-2,7%	-6,0%	0,1%	5,7%	-2,5%	-3,0%
Polícia Municipal	943 €	1 400 €	934 €	1 369 €	994 €	1 513 €	1 019 €	1 581 €	-0,9%	-2,2%	9,1%	15,5%	2,5%	4,5%

Fontes: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DEEP

Entre Outubro de 2017 e Janeiro de 2019, portanto num ano e 4 meses, a Remuneração Base Média Mensal de todos os trabalhadores das Administrações Públicas (690.079) aumentou apenas 1,2% e o Ganho Médio Mensal, que inclui todos os subsídios e complementos, subiu apenas 2,1%. Em muitas categorias profissionais, a remuneração base média e o ganho médio até diminuíram. Isso aconteceu, aos dirigentes, aos Técnicos

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

superiores, ao Pessoal de investigação científica, aos médicos (Como será assim possível pedir a sua exclusividade no SNS?), aos oficiais de justiça, aos bombeiros, certamente também determinado pela substituição de trabalhadores mais caros por trabalhadores mais baratos. A política de baixos salários também já chegou à Administração Pública. Categorias profissionais com mais trabalhadores, e mal pagas, como é a de Assistentes técnicos, a subida na remuneração base média mensal foi de 0,7%; o aumento médio mensal dos professores do ensino básico e secundário, tanto criticados, foi entre 2017/19 de apenas 1,4%, etc. E tudo isto já inclui, repito, os efeitos das progressões nas carreiras.

Para completar este estudo vamos acrescentar o quadro 2 com a repartição dos trabalhadores da Função Pública por categorias profissionais e a sua variação durante os governos do PSD/CDS e do PS. Foi elaborado com dados do Ministério das Finanças

Quadro 2 – A variação dos trabalhadores da Função Pública durante os governos do PSD/CDS e PS

CARREIRAS/CARGOS	31-dez-2011 (PSD/CDS)			30-set-2015 (PSD/CDS)			31-mar-2019 (PS)			VARIÇÃO TOTAL	
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Governo PSD/CDS (2011/15)	Governo PS (2015/19)
Total	299 364	428 421	727 785	265 828	383 629	649 457	273 503	416 576	690 079	-78 328	40 622
Representantes do poder legislativo	2 444	721	3 165	1 704	511	2 215	1 755	612	2 367	-950	152
Dirigente superior:	1 319	614	1 933	1 115	524	1 639	1 036	631	1 667	-294	28
Dirigente intermédio:	5 198	5 821	11 019	4 232	5 030	9 262	4 702	5 936	10 638	-1 757	1 376
Técnico Superior	19 755	38 377	58 132	18 730	36 685	55 415	21 798	44 439	66 237	-2 717	10 822
Assist. técnico, técnico nível interm.	26 471	71 481	97 952	22 898	62 148	85 046	23 084	63 239	86 323	-12 906	1 277
Assist. operac., operário, auxiliar	76 627	96 982	173 609	66 154	85 928	152 082	67 559	89 012	156 571	-21 527	4 489
Informático	3 567	1 628	5 195	3 405	1 483	4 888	3 650	1 466	5 116	-307	228
Magistrado	1 635	2 169	3 804	1 576	2 327	3 903	1 457	2 324	3 781	99	-122
Diplomata (d)	256	116	372	247	102	349	269	109	378	-23	29
Pessoal de Investigação Científica	909	907	1 816	663	696	1 359	1 124	1 427	2 551	-457	1 192
Docente Ensino Universitário	8 240	5 757	13 997	7 818	5 747	13 565	8 473	6 449	14 922	-432	1 357
Docente Ensino Superior Politécnico	5 090	4 604	9 694	4 103	3 741	7 844	5 272	4 900	10 172	-1 850	2 328
Educ. Inf. Doc. do Ens. Bás. Secund.	35 288	115 882	151 170	28 376	96 499	124 875	30 623	105 640	136 263	-26 295	11 388
Pessoal de Inspeção	861	870	1 731	750	836	1 586	790	937	1 727	-145	141
Médico	10 500	14 549	25 049	10 512	16 402	26 914	11 478	19 528	31 006	1 865	4 092
Enfermeiro	7 511	35 258	42 769	7 067	34 271	41 338	7 804	38 630	46 434	-1 431	5 096
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1 871	7 064	8 935	1 783	6 780	8 563	1 948	7 372	9 320	-372	757
Técnico Superior de Saúde	265	1 648	1 913	258	1 625	1 883	267	1 662	1 929	-30	46
Administ. Tributária e Aduaneira	4 522	5 404	9 926	4 132	5 331	9 463	4 064	5 339	9 403	-463	-60
Conservador e Notário	119	563	682	109	510	619	105	489	594	-63	-25
Oficial dos Registos e do Notariado	764	3 804	4 568	712	3 354	4 066	684	3 230	3 914	-502	-152
Oficial de Justiça	3 091	5 004	8 095	2 736	4 996	7 732	2 746	5 022	7 768	-363	36
Forças Armadas	29 921	4 593	34 514	26 662	3 316	29 978	22 788	3 057	25 845	-4 536	-4 133
Polícia Judiciária	1 567	751	2 318	1 450	761	2 211	1 414	735	2 149	-107	-62
Polícia de Segurança Pública	20 293	1 641	21 934	19 303	1 630	20 933	18 459	1 649	20 108	-1 001	-825
Guarda Nacional Republicana	21 759	1 140	22 899	21 002	1 349	22 351	21 063	1 601	22 664	-548	313
Serviço Estrangeiros Fronteiras	602	154	756	589	151	740	644	154	798	-16	58
Guarda Prisional	3 776	536	4 312	3 543	541	4 084	3 727	596	4 323	-228	239
Outro Pessoal de Segurança	1 949	41	1 990	1 371	36	1 407	1 216	43	1 259	-583	-148
Bombeiro	2 193	71	2 264	1 951	65	2 016	2 259	84	2 343	-248	327
Polícia Municipal (e)	1 001	271	1 272	877	254	1 131	1 245	264	1 509	-141	378

Entre 2011 e Set.2015, com o governo do PSD/CDS e com a “troika”, assistiu-se a uma enorme destruição das Administrações Públicas, essenciais aos bem-estar dos portugueses e ao desenvolvimento do país. O número de trabalhadores diminuiu em 78.328 com consequências graves no fornecimento de serviços essenciais à população (SNS, Segurança Social, educação, justiça, segurança pública, etc.). Algumas categorias profissionais sofreram uma forte redução: assistentes técnicos (-12.906); assistentes operacionais (-21.527); professores do ensino básico e secundário (-26.295)

Entre 2015 e 2019, com o governo PS verificou-se um aumento dos trabalhadores da Função Pública (+40.622), mas ainda manifestamente insuficiente para recuperar a Administração Pública da enorme destruição verificada durante o governo PSD/CDS. Muitos serviços continuam com uma imensa falta de trabalhadores, daí as enormes carências que enfrentam importantes serviços, como o SNS, a Segurança Social, a Educação, etc., no fornecimento de serviços essenciais aos portugueses (por ex., a ADSE já teve 297 trabalhadores e tem agora só 188, o que está a causar enormes atrasos no pagamento dos reembolsos aos beneficiários). Mário Centeno e Costa obcecados pelo défice ZERO e para agradar Bruxelas têm impedido a recuperação da Administração Pública e do país.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt , 18-5-2019

Eugénio Rosa – economista – mais estudos em www.eugeniorosa.com pág. 2